MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

RESOLUÇÃO Nº 105/2019

O Egrégio Conselho Superior do Ministério Público do Estado da Bahia, reunido em Sessão Ordinária no dia 16 de julho de 2019, deliberou, à unanimidade, pela **Homologação da Promoção de Arquivamento, nos termos do voto da Relatoria,** dos Procedimentos Cíveis a seguir indicados:

1. Inquérito Civil nº 644.0.232457/2016, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Vitória da Conquista;
2. Inquérito Civil nº 696.0.169706/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Candeias;
3. Inquérito Civil nº 696.0.206869/2010, da 5ª Promotoria de Justiça de Candeias;
4. Inquérito Civil nº 003.0.82065/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
5. Procedimento Ministerial nº 003.0.208069/2010, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
6. Inquérito Civil nº 003.0.257103/2016, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
7. Inquérito Civil nº 003.0.84448/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
8. Procedimento Ministerial nº 003.9.183669/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
9. Inquérito Civil nº 003.9.21708/2019, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
10. Inquérito Civil nº 655.0.191379/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Gandu;
11. Inquérito Civil nº 003.0.185565/2016, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
12. Procedimento Ministerial nº 003.0.239708/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
13. Inquérito Civil nº 003.9.1505/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Cícero Dantas;
14. Procedimento Ministerial nº 003.9.113218/2017, da 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;
15. Procedimento Ministerial nº 003.9.237669/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Mulher – GEDEM;
16. Inquérito Civil nº 003.9.98400/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GESAU;
17. Inquérito Civil nº 003.9.183777/2018, da 3ª Promotoria de Justiça do

Consumidor;

18. Inquérito Civil nº 590.0.148792/2010, da 5ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
19. Inquérito Civil nº 677.9.26567/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Brumado;
20. Procedimento Ministerial nº 003.9.63615/2019, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
21. Procedimento Ministerial nº 716.9.232378/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Ipirá;
22. Inquérito Civil nº 712.0.89331/2009, da 3ª Promotoria de Justiça de Serrinha;
23. Inquérito Civil nº 003.0.115474/2015, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
24. Inquérito Civil nº 600.9.7269/2019, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
25. Inquérito Civil nº 600.9.11829/2017, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
26. Inquérito Civil nº 187176/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Ipirá;
27. Inquérito Civil nº 003.9.141331/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
28. Inquérito Civil nº 001.9.57323/2019, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
29. Inquérito Civil nº 600.9.7313/2019, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
30. Inquérito Civil nº 003.0.94800/2013, da 13ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude;
31. Inquérito Civil nº 696.0.23219/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Candeias;
32. Inquérito Civil nº 708.0.146797/2011, 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
33. Inquérito Civil nº 003.0.48040/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
34. Inquérito Civil nº 336.0.182236/2008, da Promotoria de Justiça de Uauá;
35. Inquérito Civil nº 0003.0.30184/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
36. Inquérito Civil nº 0003.0.110215/2010, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
37. Inquérito Civil nº 720.9.85258/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe;
38. Inquérito Civil nº 003.0.13545/2010, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
39. Inquérito Civil nº 597.0.69658/2012, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
40. Inquérito Civil nº 597.9.199511/2018, da 3ª Promotoria de Justiça de

Valença;

41. Procedimento Ministerial nº 592.9.181547/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
42. Inquérito Civil nº 003.1.19156/2007, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
43. Inquérito Civil nº 598.0.78779/2016, da 12ª Promotoria de Justiça Juazeiro;
44. Inquérito Civil nº 681.0.227525/2014, da 1ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;
45. Inquérito Civil nº 167.0.67701/2010, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;
46. Inquérito Civil nº 003.9.46073/2018, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
47. Procedimento Ministerial nº 593.9.91019/2018, da 8ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
48. Inquérito Civil nº 003.9.203993/2017, da 6ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
49. Inquérito Civil nº 003.0.61733/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
50. Inquérito Civil nº 003.0.90566/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
51. Inquérito Civil nº 600.9.15921/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
52. Inquérito Civil nº 600.9.11039/2019, da 5ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
53. Inquérito Civil nº 598.9.107813/2018, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
54. Inquérito Civil nº 600.9.15297/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
55. Inquérito Civil nº 600.9.215168/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
56. Inquérito Civil nº 692.9.127135/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Guanambi;
57. Inquérito Civil nº 701.9.42967/2019, da Promotoria de Justiça de Itapetinga;
58. Inquérito Civil nº 705.0.48933/2012, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Paulo Afonso;
59. Inquérito Civil nº 003.0.52652/2016, do Grupo de Atuação Especial para o Controle Externo da Atividade Policial – GACEP;
60. Procedimento Ministerial nº 933.0.36377/2015, da 4ª Promotoria de Justiça de Luís Eduardo Magalhães;

61. Procedimento Ministerial nº 592.9.4468/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
62. Inquérito Civil nº 596.0.249306/2013, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
63. Inquérito Civil nº 590.0.21199/2010, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
64. Inquérito Civil nº 035.9.3876/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Cachoeira;
65. Inquérito Civil nº 600.9.179189/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
66. Inquérito Civil nº 003.9.21573/2019, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
67. Inquérito Civil nº 704.0.179040/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Macaúbas;
68. Procedimento Ministerial nº 003.9.164197/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
69. Inquérito Civil nº 003.0.161944/2015, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
70. Inquérito Civil nº 003.9.51919/2019, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
71. Procedimento Ministerial nº 003.0.240039/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
72. Inquérito Civil nº 600.9.92018/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
73. Inquérito Civil nº 003.9.21546/2019, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
74. Procedimento Ministerial nº 029.0.210473/2011, da Promotoria de Justiça de Boquira.
75. Inquérito Civil nº 933.0.10859/2012, da 4ª Promotoria de Justiça de Luís Eduardo Magalhães;
76. Inquérito Civil nº 003.0.112680/2008, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
77. Inquérito Civil nº 596.0.46905/2011, da 2ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
78. Inquérito Civil nº 003.9.214049/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
79. Inquérito Civil nº 597.9.140629/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
80. Inquérito Civil nº 600.9.92581/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
81. Inquérito Civil nº 714.0.12125/2011, da 1ª Promotoria de Justiça de Aurelino Leal;
82. Inquérito Civil nº 597.0.140500/2012, da 3ª Promotoria de Justiça de Valença;
83. Inquérito Civil nº 001.9.232353/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

84. Inquérito Civil nº 704.0.139123/2016, da Promotoria de Justiça de Macaúbas;
85. Inquérito Civil nº 167.0.57409/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;
86. Inquérito Civil nº 003.0.36603/2013, do Grupo de Atuação de Defesa da Saúde – GESAU;
87. Inquérito Civil nº 597.9.112987/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
88. Procedimento Ministerial nº 069.0.141605/2015, da 2ª Promotoria de Justiça de Catu;
89. Inquérito Civil nº 598.0.239551/2016, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
90. Procedimento Ministerial nº 003.9.161724/2017, da 5ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude;
91. Procedimento Ministerial nº 003.9.13736/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
92. Procedimento Ministerial nº 003.9.241014/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
93. Inquérito Civil nº 167.9.33457/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
94. Inquérito Civil nº 146.0.14729/2010, da Promotoria de Justiça de Lage;
95. Inquérito Civil nº 001.0.58250/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
96. Inquérito Civil nº 646.0.228771/2012, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
97. Inquérito Civil nº 646.0.99009/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
98. Inquérito Civil nº 708.0.146839/2011, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
99. Inquérito Civil nº 66.0.179061/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
100. Inquérito Civil nº 596.0.18402/2016, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
101. Inquérito Civil nº 330.0.17080/2009, da Promotoria de Justiça de Teofilândia;
102. Inquérito Civil nº 320.0.10262/2012, da Promotoria de Justiça de Tanhaçu;
103. Inquérito Civil nº 600.9.22374/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
104. Inquérito Civil nº 600.9.15897/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
105. Inquérito Civil nº 003.9.143914/2018, da 5ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
106. Procedimento Ministerial nº 608.9.173161/2017, da 2ª Promotoria

de Justiça de Jequié;

107. Inquérito Civil nº 600.9.15761/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
108. Inquérito Civil nº 600.9.17224/2019, da 1ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
109. Inquérito Civil nº 128.0.166489/2013, da Promotoria de Justiça de Jaguaripe;
110. Procedimento Ministerial nº 003.1.806168/2006, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
111. Procedimento Ministerial nº 003.9.21824/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
112. Inquérito Civil nº 003.0.233764/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
113. Inquérito Civil nº 003.0.257052/2016, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
114. Inquérito Civil nº 003.9.22429/2019, da 3ª Promotoria e Justiça do Consumidor;
115. Inquérito Civil nº 681.0.84831/2008, da 1ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;
116. Procedimento Ministerial nº 718.0.982/2013, da Promotoria de Justiça de Ubaitaba;
117. Inquérito Civil nº 600.9.19037/2019, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
118. Inquérito Civil nº 003.9.21717/2019, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor.
119. Inquérito Civil nº 592.9.19625/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
120. Inquérito Civil n° 693.0.148221/2009, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Jacobina;
121. Procedimento Ministerial n° 003.0.76193/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência - GEIDEF;
122. Inquérito Civil n° 600.9.46170/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente do Recôncavo Sul;
123. Inquérito Civil n° 003.0.83415/2016, do Grupo de Atuação Especial em Defesa da Saúde – GESAU;
124. Inquérito Civil nº 003.0.50063/2014, do Grupo de Atuação Especial em Defesa da Saúde – GESAU;
125. Inquérito Civil n° 003.0.112697/2008, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Barreiras;
126. Inquérito Civil n° 003.0.121308/2016, do Grupo de Atuação Especial em Defesa da Saúde – GESAU;
127. Inquérito Civil nº 003.9.262279/2017, da 5ª Promotoria de Justiça

do Meio Ambiente;

128. Inquérito Civil nº 001.9.18806/2019, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
129. Inquérito Civil nº 003.0.243116/2014, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
130. Inquérito Civil nº 127.9.87802/2018, da Promotoria de Justiça de Jaguarari;
131. Procedimento Ministerial n° 003.1.15213/2007, do Grupo de Atuação Especial Para o Controle Externo da Atividade Policial – GACEP;
132. Inquérito Civil nº 003.9.145817/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
133. Procedimento Ministerial nº 001.0.47640/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
134. Inquérito Civil nº 035.9.249880/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Cachoeira;
135. Procedimento Ministerial nº 646.0.193191/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
136. Procedimento Ministerial nº 003.9.33912/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
137. Inquérito Civil nº 003.0.186268/2016, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
138. Inquérito Civil nº 003.0.166832/2013, do Grupo de Atuação Especial de Proteção dos Direitos Humanos e Combate à Discriminação – GEDHDIS;
139. Inquérito Civil nº 677.9.21947/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Brumado;
140. Procedimento Ministerial nº 003.1.96127/2006, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
141. Procedimento Ministerial nº 608.0.83227/2012, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
142. Inquérito Civil nº 003.0.131385/2008, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
143. Inquérito Civil nº 003.9.5161/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
144. Procedimento Ministerial nº 156.0.226399/2016,, da Promotoria de Justiça de Macarani;
145. Inquérito Civil nº 003.0.161414/2015, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Itaberaba;
146. Procedimento Ministerial nº 598.9.99827/2018, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
147. Inquérito Civil nº 003.0.211334/2011, do Grupo de Atuação Especial

de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

148. Inquérito Civil nº 116.0.210445/2016, da Promotoria de Justiça de Esplanada;
149. Procedimento Ministerial nº 001.0.47640/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
150. Inquérito Civil nº 646.0.179668/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
151. Inquérito Civil nº 600.9.15935/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
152. Inquérito Civil nº 600.9.15821/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
153. Inquérito Civil nº 001.9.41322/2018, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
154. Inquérito Civil nº 001.9.198646/2018, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
155. Inquérito Civil nº 608.0.251383/2012, da 8ª Promotoria de Justiça de Jequié;
156. Inquérito Civil nº 600.9.148001/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
157. Inquérito Civil nº 718.9.143708/2018, da Promotoria de Justiça de Ubaitaba;
158. Inquérito Civil nº 003.0.228070/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
159. Inquérito Civil nº 003.0.168503/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
160. Inquérito Civil nº 600.9.15674/2019, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
161. Inquérito Civil nº 699.0.181593/2014, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Itaberaba;
162. Procedimento Ministerial nº 596.9.31529/2019, da 7ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
163. Inquérito Civil nº 597.0.50328/2008, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
164. Inquérito Civil nº 003.0.105700/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
165. Procedimento Ministerial nº 003.0.10203/2008, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM.
166. Inquérito Civil n° 003.0.194800/2015, da 12ª Promotoria de Justiça de Assistência de Salvador.

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

SALA DAS SESSÕES, 16 de julho de 2019.

SARA MANDRA MORAES RUSCIOLELLI SOUZA

Procuradora-Geral de Justiça, em exercício.

Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, em exercício.

ZUVAL GONÇALVES FERREIRA

Corregedor-Geral do Ministério Público

Conselheiros: Regina Maria da Silva Carrilho, Maria de Fátima Campos da Cunha, Adivaldo Guimarães Cidade, Maria Augusta Almeida Cidreira Reis, Áurea Lúcia Souza Sampaio Loepp, Márcia Regina dos Santos Virgens, Adriani Vasconcelos Pazelli e Ricardo Régis Dourado.//

Publicada em 18.07.2019 do DJE